

## COISAS DA POLÍTICA ■ DORA KRAMER

# O presidente e seus dois "abacaxis"

Fernando Henrique não é de usar o termo, prefere expressões menos batidas. Mas, quando se viu às voltas com o dilema de vetar o salário mínimo de R\$ 100 e, ao mesmo tempo, sancionar a anistia de Humberto Lucena, desabafou com um interlocutor privilegiado da Câmara: "Vocês colocaram em minhas mãos dois enormes abacaxis, que agora tenho de descascar sozinho." Não que o presidente confunda as coisas.

Para ele, não haveria conflito se as pessoas conseguissem perceber o óbvio. Salário mínimo é salário mínimo e anistia é anistia. Um assunto não guarda, na verdade, a menor relação com o outro. Mas, político que é, sabe que confusões deste tipo, embora no fundo sejam discussões inúteis, criam na opinião pública a mística do desgaste.

E como o que vale é a primeira impressão, Fernando Henrique começou a semana absolutamente irritado com o Congresso. Advertiu seus aliados na reunião do Conselho Político cobrando-lhes fidelidade e, aos comandantes do Parlamento, mandou um recado claro. Pelos menos durante dois dias, no Palácio do Planalto o presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira — que, diante da fragilidade política do presidente do Senado, Humberto Lucena, acabou assumindo os ônus e os bônus do acúmulo de poder —, foi alvo de críticas nada lisonjeiras.

Fernando Henrique creditou a ele a culpa por ter colocado em votação o salário mínimo junto com a anistia. Além disso, debitou na conta de Inocêncio o fato de o projeto ter seguido para a votação no Senado logo após a sessão da Câmara. O presidente da República considerava que o presidente da Câmara deveria ter postergado o envio para quinta-feira, quando, então, era certa a falta de quórum. Ficaria, assim, o salário mínimo *pendurado* na pauta do Senado e, mesmo que quando votado o resultado fosse a aprovação, já teria se estabelecido uma prudente distância da votação da anistia.

Essa atitude poderia até ter salvo Fernando

Henrique do dilema — já resolvido, uma vez que votará o salário e sancionará a anistia —, mas colocaria a Câmara, mais uma vez, sob suspeição. Se fosse para recorrer a artifícios regimentais, então por que não recorreu o governo a eles em plenário, na hora da votação?

O salário passou por votação simbólica. As coisas poderiam ter transcorrido de outra forma se um, e apenas um, deputado que apóia o governo tivesse pedido verificação de quórum. Não é certo, mas haveria boas chances de não existirem 252 votos *sim* naquele momento. Bastaria isso, mas não se fez. Como também não houve um só integrante do Executivo que se mobilizasse para dizer, com clareza, quem estava na condução do processo, o que pretendia mesmo o governo.

Isso chama-se desarticulação. Pode-se interpretar o mesmo quando dois ministros de Estado telefonam às carreiras no dia da votação da medida provisória dos tributos implorando providências urgentes por parte da presidência da Câmara, pois o governo já não conseguia garantir a aprovação do que quer que fosse.

O argumento de que o Congresso é velho pode até fazer sentido. E faz. Mas o governo esquecer que se 200 não voltam mais, há 300 que foram reeleitos, denota desprezo exagera-

do. E mais: as votações eram importantes. A dos tributos, por exemplo, se não passasse com o Congresso velho, Inês estaria nesta altura morta e enterrada, pois a medida não poderia ser reeditada por conta da anualidade a que está submetida a questão dos impostos.

Nesse caso, como optou por articulação nenhuma à espera da posse dos eleitos, também não poderia cobrar de aliados que fazem parte deste mesmo Congresso uma presteza que o governo novo em folha não soube apresentar.

### Os prediletos

No final da tarde de terça-feira o presidente Fernando Henrique discutiu com o virtual presidente da Câmara, Luís Eduardo Magalhães, a questão das lideranças das bancadas governistas na Câmara. Oficialmente, vai se manter distante das disputas, mas, ao examinar nome a nome, apontou seus prediletos: José Aníbal, no PSDB, Inocêncio Oliveira, no PFL, e Germano Rigotto, no PMDB. Este último sofre apenas uma restrição. Se José Fogaça for eleito líder do PMDB no Senado, a avaliação é a de que haverá gaúcho demais no mesmo balaio: o Conselho Político.